



# Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 4.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Airtón Cordeiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtón Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanolrenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE.

## REQUERIMENTOS.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MUGIATTI SOBRINHO.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar justa e indiscutível homenagem ao Sr. JOSÉ MUGIATTI SOBRINHO, figura humana e laboriosa, que sempre soube cumprir com perfeição e persistência todas as posições assumidas quer como jornalista ou junto a seus familiares e amigos.

Na sua vida pública Muggiati Sobrinho foi professor primário, advogado formado pela UFP, redator chefe da "Gazeta do Povo", diretor fundador do jornal "Paraná Esportivo",

diretor do jornal "O Dia", diretor do Departamento de Turismo e Divulgação, Secretário de Interior e Justiça e Comodoro do Iate Clube de Guaratuba.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário de Souza Castro, e que desta iniciativa, dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Sr. MÁRIO DE SOUZA CASTRO.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1982.

(a) MÁRIO CELSO.

### JUSTIFICATIVA:

Hoje o Paraná está de luto pela perda de um de seus mais ilustres filhos. Depois de marcar uma existência, com os melhores exemplos, deixando frutos brilhantes, que são hoje seus filhos Mário, João, Francisco e Luiza, faleceu nesta Cidade o Sr. MÁRIO DE SOUZA CASTRO. Pai bondoso, cidadão cumpridor de seus deveres e figura admirada, sempre mereceu o respeito daqueles que tiveram o prazer de sua amizade. Faleceu aos 68 anos de idade, deixando viúva D. ALICE RIBAS DE CASTRO.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, nos termos regimentais, que seja inserido na ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Sr. NILO PREVIDE.

Outrossim, solicita que desta medida seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1982

(a) ADALBERTO DAROS.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Sr. OLINTO LAGO.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1982.

TÚLIO ZANCHET.

### JUSTIFICATIVA:

Olinto Lago, tipógrafo de profissão e político por opção da própria comunidade de Barracão, que nele via personificado o exemplo de trabalho e dedicação à família e à comunidade, foi Vereador, Presidente da Câmara e Prefeito de Barracão.

Falecido em 23 de fevereiro último, deixa esposa, 4 filhos

e uma lacuna impreenchível, não apenas para sua família, mas para toda a população de Barracão, que perde um dos seus mais estimados cidadãos.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", pelo transcurso dos 19 anos de atividades jornalísticas, tendo à frente o dinâmico Abdo Aref Kudry, como seu diretor-proprietário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) FIORI LUIZ

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. General JOSÉ COSTA CAVALCANTI, DD. Diretor-Geral da Itaipu Binacional, Dr. JOSÉ GUILHERME LOBO CAVAGNARI, DD. Coordenador do INCRA no Estado do Paraná e ao Dr. HARRY ÁVILA TELLES, DD. Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio, solicitando a imediata solução da problemática dos índios AVÁ GUARANI, da Barra do Rio Ocoí, localidade de Jacutinga, no Município de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

### JUSTIFICATIVA:

O futuro reservatório da barragem de Itaipu, inegavelmente atingirá uma remanescente comunidade indígena no Oeste do Paraná. Há muito tempo que aquela comunidade vem reivindicando seus direitos garantidos no Estatuto do Índio. Mas sua voz, por ser talvez a de uma minoria rejeitada e menos-prezada pelos poderosos, não encontra eco entre os responsáveis de sua tutela.

A presença de um grupo indígena guarani na Barra do Rio Ocoí, é atestado como centenária por missões exploratórias ou de estudos realizados já há alguns séculos passados. Também o parecer do antropólogo EDGARD DE ASSIS CARVALHO, designado especialmente pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA, em março de 1981, atesta que sua presença do grupo na área se configura como imemorial.

Acreditando na fidelidade documentária levantada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI SUL, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI PR, pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Regional Sul II, pelo Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Associação Brasileira de Antropologia, que indicam e atestam a indianidade do grupo todo e não apenas de alguns elementos, como alega a Fundação Nacional do Índio.

Apelamos, por intermédio deste Poder, às autoridades acima solicitadas, que atentem ao parecer do renomado antropólogo Edgard de Assis Carvalho, em seu AVÁ GUARANI DO OCOÍ - JACUTINGA. A sociedade paranaense não haverá de se calar caso não se cumprir a Lei 6001, para com o grupo indígena atingido pela gigantesca Itaipu. O Paraná não haverá de suportar mais qualquer ato de vandalismo contra minorias étnicas que compõem sua população.

Este Poder tem o compromisso de zelar pelo cumprimento dos direitos do povo paranaense e por isso se dirige, em apelo veemente, às autoridades já mencionadas para o fiel cumprimento da Lei 6001, em seu artigo 20, parágrafos terceiro e quarto.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. PEDRO DE VASCONCELLOS BARROS, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação urgente de um posto de saúde na sede distrital de Iguaporã, no Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

### JUSTIFICATIVA:

A população do Oeste do Paraná vive dias de muita tensão e expectativa, diante da irremediável aproximação do fechamento das comportas da Barragem de Itaipu. Esta expectativa se concentra nas surpresas que o futuro lago reserva à população ribeirinha. Estudos dos mais renomados geólogos e sanitaristas de todo mundo nos convencem de que haverá uma alteração ecológica da qual o homem, habitante involuntário da área envolvida, não escapará incólume.

Entendemos como irreversíveis as consequências que advirão com a formação definitiva do lago. No entanto, nossa responsabilidade pública não nos permite ficar de braços cruzados. Precisamos estar alertas a todas as previsões de alteração ambiental na região.

Foi com este propósito que o Legislativo Municipal de Marechal Cândido Rondon, por sugestão do Vereador Pedro Rauber, se dirigiu até nós para que gestionássemos junto aos órgãos competentes, o providenciamento de um posto de saúde na sede distrital de Iguaporã, localidade fortemente atingida por aquela barragem.

E julgando a solicitação do Poder Legislativo daquela comunidade merecedora da atenção da Secretaria de Saúde, é que requeremos o benefício acima.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DER e Secretaria dos Transportes, solicitando providências para imediatas melhorias na Rodovia PR-424, trecho entre Siqueira Campos e Salto Itararé.

Que da decisão, dê-se ciência ao Sr. Governador do Estado e Prefeitos Municipais de Siqueira Campos e Salto Itararé.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI

### JUSTIFICATIVA:

Com revestimento primário, a PR-424 veio a beneficiar uma importante região produtora do Estado.

Atualmente, a referida rodovia encontra-se totalmente abandonada dificultando o trânsito de qualquer tipo de veículo face a ação erosiva dos elementos e do tempo, especialmente com chuvas, causando sérios prejuízos aos produtores agro-pecuários que vêem seus produtos perecendo pelas dificuldades de escoamento aos centros consumidores e destinados às exportações.

O imediato atendimento ao presente pedido, virá de encontro com a própria política governamental que é a de promover o homem do campo, melhorando as condições de vida daqueles que através da agricultura e pecuária produzem a riqueza e promovem o progresso da Nação.

Projetos de Lei.

## PROJETO DE LEI N.º 02/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

a) AUGUSTO CARNEIRO

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se plenamente o pedido de reconhecimento de utilidade Pública da Associação das Voluntárias da Divina Providência:

a) Desde 1966 a Entidade vem prestando real serviço gratuito e de relevante caráter humanitário,

b) foi reconhecida de utilidade pública municipal, pela Lei n.º 1875, de 02/12/1966;

c) atualmente vem atendendo mensalmente 350 crianças e 75 adultos, através um amplo serviço médico, social e religioso,

d) a entidade enquadra-se perfeitamente nos moldes da Lei n.º 6994, de 10/01/1968.

## PROJETO DE LEI N.º 11/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO CATÓLICA E FILANTRÓPICA DO SUBLIME PEREGRINO", com sede e foro em Curitiba, Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1982.

a) ERONDY SILVÉRIO

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende ver declarada de utilidade pública, foi fundada em 1978, e desde lá, vem cumprindo as finalidades a que se propôs, promovendo o bem-estar individual e da família, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, e, prestando ainda assistência econômica, social, moral, educacional, religiosa, recreativa e física à comunidade que a ela recorra e bem assim, a todos que dela necessitem. A par destas ações, tem oferecido seu apoio às demais instituições sociais, notadamente no combate à mendicância, promovendo a recuperação de pessoas marginalizadas da sociedade.

Esses os motivos que nos levaram à apresentação do presente projeto de lei, à apreciação de nossos Pares, que por certo oferecerão seu apoio à iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro, primeiro orador inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, queremos manifestar o nosso sentimento de pesar pelo falecimento em data de ontem do jornalista José Muggiati Sobrinho, que em toda a sua existência deu uma contribuição muito significativa para a vida pública deste Estado.

Profissional militante, frequentador de redações, diretor de órgãos de comunicação, foi diretor também, do Departamento de Turismo e Divulgação, que na verdade, antecede na hierarquia administrativa — à Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil do Governo do Estado. Formado em Direito, chegou à Secretaria de Estado e de Justiça no Governo Moysés Lupion. Homem que se identificou com as causas do esporte, presidiu por muito tempo na qualidade de comodoro o Iate Clube de Guaratuba. Personalidade forte, um ser humano voltado para as questões sociais — José Muggiati Sobrinho — era um paranaense

que merecia em vida e que merece depois de morto o nosso respeito.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós estamos requerendo um voto de pesar pelo falecimento do jornalista José Muggiati Sobrinho.

Também ocupamos esta tribuna, Sr. Presidente, para solicitar ao Governador do Estado, providências no sentido de que seja elaborado um plano de reclassificação do pessoal CLT que serve o Governo do Paraná. De todos é sabido, que por iniciativa do Governador Ney Braga depois de angustiosos anos de espera, os servidores estatutários paranaenses receberam inúmeros benefícios, graças ao plano de reclassificação dos servidores públicos estatutários do Paraná. Ocorre que este plano elaborado em tão boa hora, aprovado por esta Casa, fruto inclusive de um exaustivo trabalho por parte dos Srs. Parlamentares, determinou algumas desigualdades considerados os regimes jurídicos dos servidores públicos paranaenses. As vantagens que foram obtidas, seja na mensagem original, seja na mensagem aditiva que o Governador encaminhou a essa Casa, acabaram por causar uma deformação na sistemática do funcionalismo público estadual do Paraná.

E hoje, o que nós observamos, é que os celetistas do Governo do Estado, estão defasados da realidade dos servidores estatutários. Motivo pelo qual, nós apelamos, desta tribuna, à sensibilidade, à compreensão do Governador que nunca faltaram especialmente, no diálogo com a classe política, no diálogo com seus companheiros de partido, no diálogo com os servidores públicos do Paraná, para que seja encaminhado o quanto antes possível um plano de reclassificação para o pessoal CLT.

Temos certeza de que essa medida, vai diretamente em proveito de milhares de servidores públicos do Paraná que hoje estão aflitos, pelas consequências que o processo inflacionário traz para cada um de nós e, especialmente, para aqueles que defasados pela última reclassificação dos estatutários — sentem-se hoje — numa posição de inferioridade.

Requeiro a Vossa Excelência o encaminhamento, Sr. Presidente, das cópias taquigráficas deste pronunciamento, à família de José Muggiati Sobrinho e à Casa Civil do Governador.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa primeira participação neste último ano desta Assembléia antes das eleições, e venho para fazer um registro e satisfeito por estarem presentes aqui hoje o Líder do PDS, o Deputado Nelson Buffara, que representa Antonina e o ilustre Presidente do PDS do Paraná, Deputado bem votado na cidade de Antonina, ao qual quero me referir hoje para ficar consignado nos Anais desta Casa. Queremos mostrar a maneira como o Governo atual faz as coisas para beneficiar aqueles que o acompanham.

O Prefeito da cidade de Antonina, eleito pelo PMDB, achou por bem ingressar no PDS, com todo o direito e agora, no último dia 12 do mês de fevereiro foi designado pelo Sr. Governador do Estado para servir como Diretor do Porto de Antonina, em substituição ao Sr. Gilberto Gonzaga Vieira, que passa a ser o candidato do PDS.

Em Antonina, no Paraná, acontecem coisas estranhas. O Sr. Prefeito Municipal de Antonina tomou posse no Porto de Paranaguá no dia 26 de fevereiro. Até aí nada de novidade. Todavia, ao invés de renunciar ao mandato, o Sr. Prefeito Municipal de Antonina solicitou, à Câmara, licença para sair da Prefeitura e reassumir o Porto de Antonina.

Acontece que a Câmara negou a licença. É uma colocação

que queria fazer e mostrar de que não se tem respeito por nada, nem o Prefeito daquela cidade, muito menos o Governo, com a irresponsabilidade de alguns homens que servem este Governo.

Deixo este registro, porque hoje aquele município do litoral tem um Prefeito e um Administrador do Porto na mesma pessoa. Razão pela qual, ilegalmente, este o registro que deixo para que esta Casa saiba e os Anais digam, daqui para a frente, os desmandos que o PDS faz não só em Antonina mas em todo o Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, terceiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já de algum tempo estamos movendo gestões junto ao Governo do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes para a construção de uma estação rodoviária em Guaratuba. Eis que aquela comunidade de há muito reclamara e a nossa pretensão é que para o próximo verão possa já ser uma realidade a estação rodoviária daquele município.

Assim é que estamos tornando oficial hoje o nosso pedido, através de um expediente endereçado ao Dr. Nivaldo Almeida Neto, pedindo que Sua Excelência, ainda nos próximos meses, possa atender uma antiga e justa reivindicação do povo daquele balneário.

Além disto, temos em mãos um telex enviado, através de um expediente endereçado ao Dr. Nivaldo Almeida Neto, que diz o seguinte: Excelentíssimo Sr. Nelson Buffara, Deputado Estadual, nesta Capital. Em resposta ao Telex encaminhado ao Governador Ney Braga, em 29/12/81, em que são feitas reivindicações com relação ao Município de Paranaguá, informo que executaremos as seguintes obras na região, neste ano de 1982:

Estação de passageiros no Aeroporto de Paranaguá;

Trapiche em Pontal do Sul, para embarque e desembarque de passageiros que se destinam à Ilha do Mel;

Trapiche para embarque e desembarque de passageiros na Ilha dos Valadares.

Além disso, executaremos a restauração da Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, em Paranaguá.

Atenciosamente, Nivaldo de Almeida Neto, Secretário dos Transportes.

O que estamos dando conhecimento, ao Sr. Presidente e a esta Casa, é que para se faça justiça aos homens que trabalham. É para evidenciar, é para ficar caracterizado que o Governo do Estado atende uma região que é litorânea e não mede esforços para satisfazer os desejos daquele povo, muito embora como disse há dias passados e repito hoje, seja o Município de Paranaguá um dos mais ricos deste Estado.

Disse naquela oportunidade e repito hoje, o Município de Paranaguá, arrecada este ano, um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, dinheiro suficiente para se fazer a melhor administração de tantas quantas já houve em Paranaguá, com recursos que tem aquele município. Não obstante, o Governo do Estado, não sendo sua responsabilidade, sua obrigação, faz essas obras que eu acabo de enumerar porque, neste telex, o Secretário Nivaldo de Almeida diz que neste ano serão executadas estas obras, para atender aos reclamos daquela comuna. É razão pela qual estamos aqui agradecendo a este eminente homem público, Secretário Nivaldo de Almeida Neto, pela sua garra, sua disposição, seu espírito de luta, nunca dizendo não, nunca respondendo negativamente aos reclamos deste Deputado em tudo que nós temos tentado nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No horário destinado às lideranças, consulto à Liderança do PDS se pretende usar do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja usar o seu horário. — (Declina).

Havendo declinado, a Presidência consulta à Liderança do PMDB. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Delile Pinto Ribeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar do Sr. Olavino Alves Araújo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Darios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário de Souza Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olinto Lago, ocorrido em 23 de fevereiro último no Município de Barracão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Muggiati Sobrinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário de Souza Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Darios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilo Previde, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 117 e 118/81. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá considerar a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

3 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão para amanhã, dia 9, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 121, 127 e 155/81 e de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

Levanta-se a sessão.

#### ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

#### Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
R E S O L V E :

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 014/82

Art. 1.º — O Departamento de Finanças, com base no documento "Liberação de Cotas de Despesas - LCD", emitirá um cronograma de desembolso, mediante contas globais nos elementos de despesas do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado para o corrente exercício.

§ 1.º — As cotas globais serão levadas a crédito das dotações e os empenhos de despesas obedecerão os limites dos recursos programados.

§ 2.º — A Contadoria Geral manterá controles dos subelementos em fichas analíticas com lançamentos cumulativos, em conformidade com a padronização mantida pelo Poder Executivo, através da Coordenadoria de Orçamento e Programação, ressalvadas os créditos e disposições mantidas por este Decreto.

Art. 2.º — Para efeito do disposto na Lei n.º 6639/74, os subelementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações:

#### 3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

#### 3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

#### 3.1.1.0 — PESSOAL

#### 3.1.1.1 — PESSOAL CIVIL

#### 01 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 — Subsídios ..... 42.400.000

#### 02 — DESPESAS VARIÁVEIS

#### 01 — Subsídios Variáveis dos

Deputados ..... 101.500.000

06 — Ajuda de Custo ..... 13.200,00

Art. 3.º — Ficam alocados créditos aos Gabinetes, nas dotações e valores abaixo discriminados, para atenderem despesas do exercício de 1982, nos termos da Resolução n.º 62, de 04 de dezembro de 1980:

#### 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

#### 01 — Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens

a — Presidência ..... 780.000

b — 1.<sup>a</sup> Secretaria ..... 700.000

c — 2.<sup>a</sup> Secretaria ..... 595.000

d — 1.<sup>a</sup> Vice-Presidência ..... 240.000

e — 2.<sup>a</sup> Vice-Presidência ..... 185.000

f — 3.<sup>a</sup> Secretaria ..... 165.000

g — 4.<sup>a</sup> Secretaria ..... 165.000

h — Liderança do Governo ..... 165.000

i — Liderança do PDS ..... 240.000

j — Liderança do PMDB ..... 240.000

k — Liderança do PP ..... 105.000

l — Liderança do PTB ..... 105.000

m — Administração da ALEP ..... 1.500.000

5.185.000

#### 02 — Passagens e Transportes de Pessoas

a — Presidência ..... 570.114

b — 1.<sup>a</sup> Secretaria ..... 527.246

c — 2.<sup>a</sup> Secretaria ..... 457.944

d — 1.<sup>a</sup> Vice-Presidência ..... 207.887

e — 2.<sup>a</sup> Vice-Presidência ..... 181.453

f — 3.<sup>a</sup> Secretaria ..... 160.736

g — 4.<sup>a</sup> Secretaria ..... 160.736

h — Liderança do Governo ..... 160.736

i — Liderança do PDS ..... 207.887

j — Liderança do PMDB ..... 207.887

k — Liderança do PP ..... 98.585

l — Liderança do PTB ..... 98.585

m — Administração da ALEP ..... 700.000

3.739.796

#### 14 — Serviço de Alimentação,

a — Presidência ..... 240.000

b — 1.<sup>a</sup> Secretaria ..... 220.000

c — 2.<sup>a</sup> Secretaria ..... 170.000

m — Administração da ALEP ..... 870.000

1.500.000

#### 19 — Publicações e Propaganda

a — Presidência ..... 120.000

b — 1.<sup>a</sup> Secretaria ..... 100.000

c — 2.<sup>a</sup> Secretaria ..... 80.000

m — Administração da ALEP ..... 400.000

700.000

11.124.796

Parágrafo único — Caberá aos titulares dos Gabinetes, dotados neste Artigo, determinar os pagamentos, diretamente ao Departamento de Finanças, ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

Art. 4.º — Aos Deputados é assegurado o direito de determinar a concessão de auxílios e subvenções sociais, ao Departamento de Finanças, até o montante de Cr\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil cruzeiros) à conta da dotação 3.2.1.0.01 — Subvenções Sociais, ficando, contudo, responsáveis pelas determinações destas despesas.

Art. 5.º — Só serão registrados os processos que tiverem em condições de contabilização, no Departamento de Finanças, até o dia 10 de dezembro de 1982, revertendo-se os saldos, dos créditos assegurados aos Gabinetes e Deputados, à conta da Administração.

Art. 6.º — Os créditos dos Deputados para atender a Subvenção Social serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais.

§ 1.º — Os empenhos relativos a Subvenção Social, assegurados aos Deputados, obedecerão a legislação de adiantamentos, englobando-se para este efeito as parcelas liberadas no exercício.

§ 2.º — A Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, com a deliberação do Diretor do Departamento de Finanças, atenderá às determinações dos Deputados, processando os auxílios e subvenções, em consonância com as disposições da Resolução n.º 19/69, bem como, no atendimento social dos necessitados, mediante:

I — Aquisição de material escolar, instrumento de trabalho, agasalhos, roupas de cama, medicamentos, aparelhos ortopédicos, auditivos, visuais, cadeiras de roda e outros análogos;

II — Pagamentos de hospitais, casa de saúde, pensões, refeições, empresas funerárias, empresa de transporte de pessoas e suas mudanças, entidades esportivas amadoras desprovidas de recurso e empresa fornecedora de material esportivo.

§ 3.º — Os donativos pessoais não poderão ultrapassar a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por processo.

§ 4.º — Exceto os donativos pessoais, os pagamentos de materiais e serviços, através da dotação de subvenção social, so-

mente será liberada mediante a 1.<sup>a</sup> via da nota fiscal, ou fatura correspondente aos serviços autorizados.

§ 5.º — Após o encerramento do exercício, a Coordenação de Auxílio Social, montará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando a Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-as determinará o recolhimento dos saldos a conta especial de devolução ao Tesouro Geral do Estado, autorizando a baixa de responsabilidade junto aos serviços contábeis.

Art. 7.º — O pagamento de todos os auxílios ou subvenções, ressalvadas as de subvenção social que atenderá disposições do Art. 4.º, deste Decreto e Resolução n.º 19/69, serão pagos através de ordens de créditos, ficando a Tesouraria responsável pela emissão de atestado de crédito que será entregue ao Titular do crédito ou Deputado requerente ou ainda autoridade ordenadora.

Parágrafo único — A entidade beneficiada com auxílio ou subvenção, para serem aquinhoadas no exercício seguinte deverão prestar contas a Comissão de Tomada de Contas de acordo com o disposto na Resolução n.º 19/69.

Art. 8.º — Para efeito de padronização e interpretação as rubricas desdobradas analiticamente deste Decreto, atenderão além do disposto no Artigo 6.º, respectivamente, as seguintes despesas:

I — 3.1.3.2.01 — Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens:

representação, festividades, hospedagens e homenagens oferecidas pela Assembléia Legislativa e Titulares de Gabinetes e visitantes, bem como, despesas diversas em função representativa parlamentar;

II — 3.1.3.2.02 — Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens:

transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem ao interior, conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1974.

III — 3.1.3.2.14 — Serviços de Alimentação:

fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes.

IV — 3.1.3.2.19 — Publicação e Propaganda:

despesas decorrentes de divulgação escrita, falada e televisada, publicação promocionais, propaganda, cartazes em geral, inclusive clichês, desenhos etc.

Art. 9.º — O Departamento de Finanças fica autorizado a tomar as providências necessárias, no sentido de viabilizar as determinações do presente Decreto Legislativo, atendendo às necessidades administrativas.

Art. 10 — As liberações serão feitas por determinação do Primeiro Secretário, dentro da viabilidade do fluxo de Caixa e atendendo as prioridades administrativas.

Art. 11 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/02/82.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 32/82

I — exonerar OCTÁVIO GUERREIRO CASTELAN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 215/80, que autorizou o mesmo a prestar serviços extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos; e,

II — prover o citado servidor, para exercer o cargo em

Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Odeni Villaca Mongruel, ficando o mesmo autorizado a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 33/82

I — exonerar BEATRIZ SILVA DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 074/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos; e,

II — prover a mencionada funcionária para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, do Deputado Odeni Villaca Mongruel, ficando a mesma autorizada a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 34/82

exonerar NERCI ANTUNES BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 170/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 803/82)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01/03/82.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 35/82

autorizar JOÃO VICENTINI FILHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Cotrim, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 26 de fevereiro de 1982. (Protoc. 965/82)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/03/82.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 36/82

exonerar IRENE FARIAS DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 287/81, item II, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 710/82)

(Protoc. 710/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 37/82

prover MEIRE TOZZONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares. (Protoc. 710/82)

(Protoc. 710/82)

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 038/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 513/79, na parte que se refere ao funcionário ANTÔNIO GULBINO, matrícula n.º 164, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 040/82

revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 138/81, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos, do Departamento de Pessoal, o funcionário ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 041/82

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 210/81, que designou para exercer as funções de Administrador Geral, do Departamento Administrativo, o funcionário JANDYR NARDIN, matrícula n.º 162, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, e,

II — designar o citado servidor para exercer as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 042/82

I — revogar o item V, do Decreto Legislativo n.º 365/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processos, do Departamento Administrativo, o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Administrador Geral, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 043/82

autorizar ARISTIDES ORLANDINI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Departamento de Pessoal no período compreendido entre 09 de fevereiro de 1982 a 31 de janeiro de 1983.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 044/82

I — revogar o item IV, do Decreto Legislativo n.º 117/81, na parte que se refere ao funcionário DURVAL DAROS, matrícula n.º 065, que atribuiu ao mesmo a Função Gratificada, símbolo 1-F, como componente da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

II — atribuir ao funcionário ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, a Função Gratificada, símbolo 1-F, como componente da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL, de acordo com o Art. 25, do Decreto Legislativo n.º 187/80.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/03/82.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

## ATOS DA DIRETORIA GERAL

## Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

## R E S O L V E :

## PORTARIA N.º 28/82

designar NERCI ANTUNES BRANCO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Motorista, junto ao Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 1.º de março de 1982, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 397/81. (Proc. 645/82)

## PORTARIA N.º 029/82

I — revogar a designação do funcionário CARLOS MELARA FILHO, ora à disposição deste Poder, do Gabinete do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA; e,

II — designar o citado funcionário para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de maio de 1982;

III — revogar a designação da funcionária LISPETA PEREIRA RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, do Gabinete da Diretoria Geral; e,

IV — designar a mencionada servidora para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, até 31 de março de 1983.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de março de 1982.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 030/82

I — revogar o item IV, da Portaria n.º 187/81, na parte que se refere ao funcionário DURVAL DAROS, matrícula n.º 065, que designou o mesmo para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

II — designar o funcionário ALMIR SANTOS, matrícula n.º 059, para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

## PORTARIA N.º 031/82

incluir na Portaria n.º 02/82, que concedeu férias aos funcionários contratados deste Poder, referentes ao exercício de 1982, o funcionário JOSÉ OSVAIR RODRIGUES, ficando suas férias marcadas para o período de 1.º a 30 de dezembro do corrente ano.

## PORTARIA N.º 032/82

conceder ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 26 de fevereiro de 1982.

(Protoc. 933/82)

## PORTARIA N.º 033/82

designar ALINE CABEZON, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Cyro Martins, até 31 de março de 1983.

(Protoc. 941/82)

## PORTARIA N.º 034/82

designar SÉRVULO BATISTA DA CRUZ, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Finanças, até 31 de março de 1983.

(Protoc. 938/82)

## PORTARIA N.º 035/82

designar LUIZ DAL'BIANCO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço Médico, até 31 de março de 1983.

(Protoc. 821/82)

## PORTARIA N.º 036/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias conforme especifica:

LAERTES LUIZ FOGGIATO — Mat. 456	2 meses - 1981
ALEXANDRE RADICHEWSKI — Mat. 388	2 meses - 1981
HILÁRIO FREGONEZE — Mat. 026	2 meses - 1981
LUIZ CARLOS MONTEIRO — Mat. 161	4 meses - 1980 e 1981
MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR — Mat. 031	2 meses - 1981



JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO — Mat. 047 2 meses - 1981  
 CENIRA SILVEIRA DA COSTA — Mat. 308 4 meses - 1980 e 1981  
 ALMIR SANTOS — Mat. 059 2 meses - 1980  
 LELINGTON LOBO FRANCO — Mat. 421 2 meses - 1981  
 MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA — Mat. 214 2 meses - 1981  
 BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS — Mat. 556 2 meses - 1981  
 CESAR AUGUSTO A. PINTO NUNES — Mat. 594 2 meses - 1981  
 ISRAEL DINIZ — Mat. 069 2 meses - 1981  
 MANOEL AGUIAR FILHO — Mat. 399 2 meses - 1981  
 CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI — Mat. 386 2 meses - 1981  
 CLEMETILDE DELFINA BORTOLON — Mat. 387 2 meses - 1981  
 (Protoc. n.ºs 02, 03, 05, 40, 45, 46, 47, 57, 84, 85, 88, 91, 93, 95, 99 e 107/82).

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de março de 1982.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 037/82

designar MIRIAN BORGES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, no período compreendido entre 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 1982.

(Protoc. 1103/82)

#### PORTARIA N.º 038/82

I — revogar a designação da funcionária GISELDA DO-

ROTI LAMBERT CASTRO, ora à disposição deste Poder, do Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho; e,

II — designar a mencionada servidora para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de março de 1983.

#### PORTARIA N.º 039/82

designar os funcionários DURVAL DAROS, ALBERTO SAVÓIA ASSEF e EDIGARDO MARANHÃO SOARES, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para apurar as irregularidades constantes dos protocolados n.ºs 9019/81, 9334/81, 9207/81 e 9058/81.

(Protoc. 9058/81)

#### PORTARIA N.º 040/82

prorrogar até 31 de março de 1983, a permanência neste Poder, da funcionária DALVA LOURENÇO CORREA, designando-a para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ruben Valduga.

(Protoc. 939/82)

#### PORTARIA N.º 041/82

conceder à funcionária JOANA DE LIMA, matrícula n.º 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 08 de março de 1982.

(Protoc. 1078/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de março de 1982.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral